

“Construir Tribunais de Contas à Serviço da Cidadania”

Conhecer a história, reconhecer o passado e construir um Controle Externo que atenda à Cidadania Plena.

A FENASTC TEM 31 ANOS DE ATUAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E LUTAS NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Os Tribunais de Contas Brasileiros vivem um momento crítico. Assistimos a continuidade da designação de Ministros e Conselheiros sem qualquer em desatendimento aos Princípios Constitucionais. A campanha da FENASTC “Ministro e Conselheiro Cidadão” foi fraudada. Nos Estados (e Município) onde conquistamos a possibilidade de a cidadania disputar esses Cargos Públicos (sempre) inscreveram-se Membros dos Legislativos e amigos dos Governantes de plantão, garantindo suas escolhas.

O Brasil vive um momento especial. A democracia sobreviveu, depois de ameaçada e agredida.

No processo de “reconstrução do País” buscamos reconstruir o movimento sindical, duramente atacado e destruído materialmente, no curso dos últimos anos.

Dentro dos Tribunais, entre os seus trabalhadores, vivemos uma grave crise geracional (tomando-se o critério de data de ingresso), motivada pela (de) reforma da previdência (aposentadorias e pensões) e retirada de conquistas históricas (importa dizer, que um operário não conquistará aposentadoria).

Alcançamos, segundo pesquisa da FENASTC (na média nacional, ver no site fenastc.org.br) boas remunerações e adequadas condições de trabalho. O futuro dos colegas, no entanto, está desprotegido. Precisamos tratar desse tema, nacionalmente, com urgência.

A FENASTC conhece as dificuldades de organização do mundo sindical dos trabalhadores do Setor Público, atuando na Construção da CONACATE (Confederação de Carreiras Típicas de Estado) e da PÚBLICA - Central do Servidor, (para dar voz a 11,5 milhões de trabalhadores públicos).

Ainda quando nossos Sindicatos e Associações promovem ganhos importantes para todas as categorias, poucos colegas reconhecem e se associam nas Entidades. Nosso índice geral de filiação é baixo (no comparativo com as Categorias mais organizadas e politizadas do Setor Público). A mensagem do individualismo lançou profundas raízes, desconstruindo valores coletivos.

Vivemos um ataque constante às Entidades Sindicais e Associativas e ao Estado. Quer de fora, como da imprensa, do empresariado e que repercute nos Parlamentos. Internamente temos uma incompreensão sobre a questão sindical - e a luta por direitos - daqueles convictos da falsa ideia “de que seremos reconhecidos como técnicos” menosprezando o mundo político (Governos e Parlamentos), a organicidade, a história e as lutas políticas dos Servidores.

Nossa qualidade técnica nos promove e, devemos enaltecê-la. Contudo, sem atuação política das Direções das Entidades Sindicais e Associativas, não se realizarão.

Entendemos que é importante retomarmos a unidade de organização da nossa Federação, colocando sob uma só entidade todas as organizações sindicais e associativas dos Tribunais de Contas do Brasil. Temos envidado esforços nesse sentido. Seguiremos nessa estrada.

Nesse momento, estamos (Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais Sindicais) tentando reabilitar o movimento sindical, com um bom grau de conversações com o Governo Lula. Começamos a instalar as mesas de negociação no âmbito Federal e estamos escrevendo (em conjunto, movimento sindical e Governo) um projeto de reorganização e financiamento das estruturas Sindicais. É, sobretudo, o reestabelecimento da respeitabilidade e dignidade de cada um - e de todos os Dirigentes Sindicais.

Todos seremos desabilitados, no entanto, se a determinação de priorizar um pequeno percentual da sociedade que acumula riquezas através de mecanismos financeiros, se mantiver. Priorizar equilíbrio fiscal em desatendimento de urgências sociais aprofundará a crise e ampliará a deslegitimação da institucionalidade.

A concentração escandalosa de riqueza e renda - que determina a miséria para boa parte da população - impede o desenvolvimento e põe em risco a democracia.

A FENASTC atua sobre o verdadeiro escândalo na escolha de Ministros e Conselheiros, que segue em andamento.

Formulamos e organizamos o debate e propostas sobre como construir a Independência da Função de Auditoria, com garantias, prerrogativas e democratização das Cortes. Empoderar 9 mil Auditores e 17 mil Servidores, construir relações mais horizontalizadas, onde a autoridade se constrói com

transparência, pelo exemplo e pelo compromisso com a cidadania, é o futuro dos Tribunais.

Conduzimos e apoiamos campanhas dos colegas, de todo o Brasil, para a definição de nomenclatura unificada – das diversas categorias – de modo a conquistarmos uma identidade nacional. Esta política é vitoriosa. Já temos 25 Tribunais com a denominação de Auditor e boa parte deles com a nomenclatura de Auditores de Controle Externo. Importante ajustar todas as outras denominações. Construir clara definição de funções, com planos de cargos e salários e justa remuneração, gerando harmonia dentro de cada um dos 33 Tribunais de Contas.

Conferimos todo o apoio para o IBRAOP (Instituto Brasileiro de Obras Públicas) e participamos de suas atividades. O IBRAOP, organização construída pelos Servidores, é um orgulho - não somente para engenheiros e arquitetos dos Tribunais de Contas -. É, uma instituição com enorme contribuição para o Brasil.

Apoiamos a ANOSTC na organização da Olimpíada dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (e Sul Americanas). É o grande momento, anual, de integração. Dentro desse evento, defendemos, construímos e realizamos um Congresso Técnico.

Atuamos para criar e registrar Sindicatos, sempre respeitando a consciência política, as pautas e a determinação dos colegas de cada Tribunal.

Fazemos parte de organizações como a Auditoria Cidadã da Dívida que enfrenta a grave distorção do País, onde, pelo mecanismo da dívida pública, o Estado tem priorizado os ganhos de natureza financeira para alguns, em detrimento do desenvolvimento e da vida das pessoas. Inaceitável a inversão de valores. Dívida é para investir e crescer, não para subtrair dinheiro público.

Durante todo tempo fazemos política sindical nos Tribunais e fora destes. Existimos e atuamos há trinta e um anos. Somos conhecidos e reconhecidos pelo trabalho que realizamos. Nossa categoria de Servidores de Controle é pequena (no comparativo com Países onde o índice de corrupção é menor). Nosso conhecimento, nossa qualidade humana e técnica e nosso compromisso com a coisa pública nos faz grandes e respeitados.

Submeteremos ao Congresso da FENASTC, em dezembro de 2023, a filiação à ULATOC e UITOC – União Latino-Americana e União Internacional dos Trabalhadores em Controle, onde, atualmente, participamos como convidados. Um País das dimensões e importância internacional do Brasil (hoje protagonista

em temas relevantes para toda a humanidade (para além da América-Latina), como meio-ambiente e valorização do Sul Global e resgate da economia e cultura Africana) precisa fazer-se presente nos debates dos trabalhadores de muitas vozes.

Quem não aparece no Sistema de Controle Externo, não existe para o Sistema. A FENASTC participa de Encontros e Congressos da ATRICON, IRB e AMPCON, como convidada. Nesses eventos atuam, todos os anos, milhares de colegas apresentando seus conhecimentos.

Nos posicionamos nos grandes temas nacionais. Defendemos a construção de um País onde tenhamos orgulho de viver e orgulho dos Serviços Públicos. Defendemos a superação das desigualdades, historicamente construídas.

Precisamos reabrir a luta sobre prevenção e combate à corrupção, chamando a sociedade para construir o controle social sobre o Estado, conhecendo e participando qualificadamente do debate público sobre receitas, despesas e qualidade da prestação do Serviço Público.

Mas, sobretudo, precisamos discutir os rumos da nação e o papel que ela pode ocupar na economia-mundo. Na atual quadra histórica, fica muito claro que não há nada predestinado. Há um conjunto de iniciativas que podemos adotar para dar um salto de qualidade na nossa sociedade, de forma a torná-la mais inclusiva e avançada do ponto de vista econômico, social e ecológico.

Retomar o domínio sobre o setor financeiro e colocá-lo à serviço de um projeto de nação inclusiva e desenvolvimentista é essencial. As finanças não são um fim em si mesma e devem servir de alavanca para esse salto da qualidade humana.

Toda nação que alcançou um grau superior de desenvolvimento deu grande atenção ao setor industrial. Precisamos reabilitar o peso da indústria no PIB Nacional. Sem retomarmos isso seremos recolocados a cumprir o papel de fornecedores de matéria-prima e produtos com baixo grau de conteúdo tecnológico nas cadeias globais de valor.

A perda de dinamismo na nossa indústria acaba por erodir nossas receitas e a própria capacidade prestacional do estado. O resultado da reversão neocolonial na economia tem sido a reversão nos direitos (teto de gastos, deforma da previdência, desconstrução de direitos trabalhistas, entre outras).

O sistema de controle externo tem que estar atento a esses problemas e ser pilar institucional que contribua para as respostas adequadas aos desafios por eles apresentados.

Para tanto, precisamos, sem pretensão de esgotar as tarefas:

- 1) Ajudar a quebrar o tabu das finanças equilibradas. Definir o papel do Estado como garantidor da infraestrutura necessária para o desenvolvimento;**
- 2) contribuir para a crítica à formação das dívidas públicas que crescem por mecanismos estritamente financeiros e sem contrapartida em investimentos, determinando prioridade às despesas da União e comprometendo os maiores Estados, em grave ameaça ao federalismo;**
- 3) fiscalizar atentamente o cumprimento das contrapartidas decorrentes dos subsídios fiscais concedidos;**
- 4) avaliar a qualidade das políticas públicas executadas;**
- 5) seguir auditando as despesas públicas e sua adequação aos marcos legais vigentes;**
- 6) orientar os gestores para o bom andamento da administração pública;**
- 7) Atuar para reduzir as escandalosas taxas de juros, que comprometem o Estado, as empresas e as famílias;**
- 8) organizar os Tribunais de Contas reconhecendo as principais funções: os julgadores e pareceristas - Ministros/Conselheiros e seus substitutos; fiscais da legalidade processual e defesa do erário - consubstanciado nos Procuradores de Contas e os responsáveis pela auditoria - os Auditores de Controle Externo (e os Servidores da área finalística) que precisam ter essa condição reconhecida e estruturada. Esse é o verdadeiro caminho que a FENASTC tem defendido rumo à modernidade nos Tribunais de Contas.**

Reconhecemos os esforços dos Tribunais de Contas na defesa da educação pública. Contudo, estamos vivenciando uma longa e triste derrota. É essencial mobilizar a sociedade e produzir uma mudança profunda. Com baixa qualidade de educação o futuro da nação está ameaçado.

Algumas palavras finais, da FENASTC, para nossa juventude. Viver é ter esperança. É acreditar e construir um ambiente de PAZ que permita a realização das potencialidades humanas. Não à guerra e ao terror.

Porto Alegre, Novembro de 2023.

XXXI CONGRESSO da FENASTC

Federação Nacional das Entidades dos
Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil

Diretoria da FENASTC

Amauri Perusso - Presidente